

Receita fiscal aumenta 1.486,6 milhões de euros até julho

Défice melhora em julho para 445 milhões

Janeiro a julho de 2019:

- Estado português arrecadou mais 1.486,6 milhões de euros em impostos até julho face ao mesmo período de 2018, num total de 25.025,4 milhões de euros.
- Receitas cresceram a ritmo superior ao das despesas.
- A receita fiscal líquida do subsetor Estado cresceu 6,5%, mais 1.486,6 milhões de euros, bem acima do avanço da despesa de 1,6%.
- ISP registou a maior subida, em valor, tendo aumentado 183,4 milhões de euros face a igual período de 2018.
- Défice orçamental fixou-se em 445 milhões de euros, ou seja, uma melhoria de 2.239 milhões face a 2018.
- Em junho, o défice era 536,3 milhões de euros.
- Receitas crescem quatro vezes mais que despesas.
- Despesa primária cresceu 2,8%.
- Salários da Administração Pública: despesa aumentou 4,6%.

Segundo a síntese de execução orçamental até julho, divulgada pela Direção Geral do Orçamento (DGO), o Estado arrecadou mais 1.486,6 milhões de euros em impostos até julho face ao mesmo período de 2018, num total de 25.025,4 milhões de euros.

"Nos primeiros sete meses do ano a receita fiscal líquida do subsetor Estado registou um aumento de 1.486,6 milhões de euros (+6,3%) face ao período homólogo", refere a DGO, adiantando que este resultado é maioritariamente explicado "pela evolução da receita de IVA", contando ainda "com forte influência do desempenho da receita de IRC".

Depois do IVA e do IRC, o Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) foi o que registou a maior subida, em valor, tendo aumentado 183,4 milhões de euros face a igual período de 2018.

Em termos acumulados, a receita fiscal ascendeu a 25.025,4 milhões de euros nestes primeiros sete meses de 2019, o que representa um aumento homólogo de 6,3%. Em junho, o valor total de impostos arrecadado pelo Estado tinha aumentado 7,6% por comparação com igual período de 2018.

O défice orçamental, em contabilidade pública, melhorou e fixou-se em 445 milhões de euros até julho.

As receitas fiscais continuam a dar um contributo positivo para melhorar o saldo orçamental português, em que o défice se fixou de 445 milhões de euros.

“A execução orçamental das Administrações Públicas (AP) até julho, em contabilidade pública, registou um défice de 445 milhões de euros, representando uma melhoria de 2.239 milhões face a 2018”,

Esta diminuição reflete o crescimento da receita, de 6,5%, bem acima do avanço de despesa de 1,6%.

Destaque para o aumento do IVA em 8,9%, IRC em 7,4% e ISP em 9,4%. O crescimento da receita fiscal ocorre apesar da redução da carga fiscal associada a vários impostos, como o IRS (pelo impacto da reforma do número de escalões), o IVA (pela diminuição da taxa de vários bens e serviços) e o ISP (pela redução da taxa aplicada à gasolina em 3 cêntimos). O Ministério das Finanças adianta que "a dinâmica da receita é essencialmente justificada pelo bom desempenho da economia".

Já no que diz respeito às contribuições para a Segurança Social, o Governo revela que cresceram 8,7% até julho, em resultado também "das alterações introduzidas no regime dos trabalhadores independentes".

Do lado da despesa, o Ministério das Finanças destaca que “a despesa primária cresceu 2,8%, influenciada pelo efeito do perfil mais acentuado de reforços no SNS para regularização de dívidas de anos anteriores assumido em 2018”. Ainda assim, “corrigido esse perfil, a despesa primária cresceria 3,2%, destacando-se o crescimento de 5,6% da despesa do SNS, atingindo máximos históricos”, acrescenta.

No que respeita ao peso dos salários da Administração Pública, a despesa aumentou 4,6%, “refletindo o processo faseado de descongelamento das carreiras entre 2018 e 2020”. A evolução da despesa é também explicada pelo crescimento das prestações sociais (+4,1%), assim como pela despesa com pensões da Segurança Social (+5,5%).

As Finanças fazem ainda questão de referir o investimento, nomeadamente o “crescimento do investimento público na Administração Central de 23%, excluindo PPP”. Neste aspeto, “destaca-se o investimento no setor dos transportes sobretudo na CP (64%) e Infraestruturas de Portugal (44%)”.

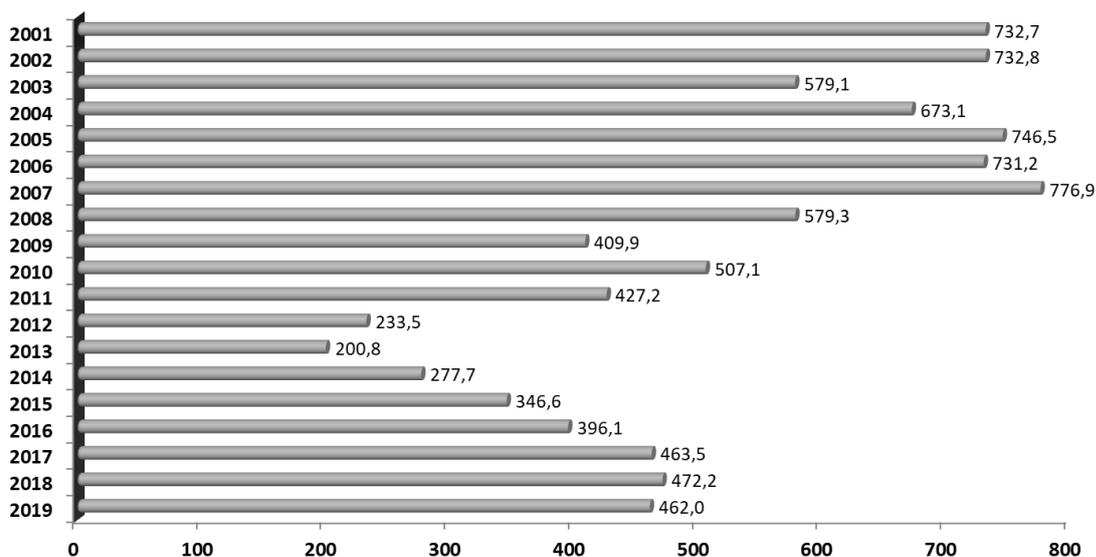
“Os pagamentos em atraso reduziram-se acentuadamente em 250 milhões de euros face a igual período do ano anterior, explicado em grande medida pela diminuição de 223 milhões nos Hospitais E.P.E., atingindo valores próximos do mínimo histórico”.

ISV

No mês de julho de 2019 a receita de Imposto Sobre Veículos (ISV) cifrou-se nos 71.7 milhões de euros, traduzindo-se num decréscimo de 9,2% face ao mesmo mês de 2018. No somatório dos

primeiros sete meses de 2019, a variação também foi negativa (-2,2%), correspondendo a 462 milhões de euros arrecadados.

RECEITA DE ISV EM MILHÕES DE EUROS JAN.-JUL.

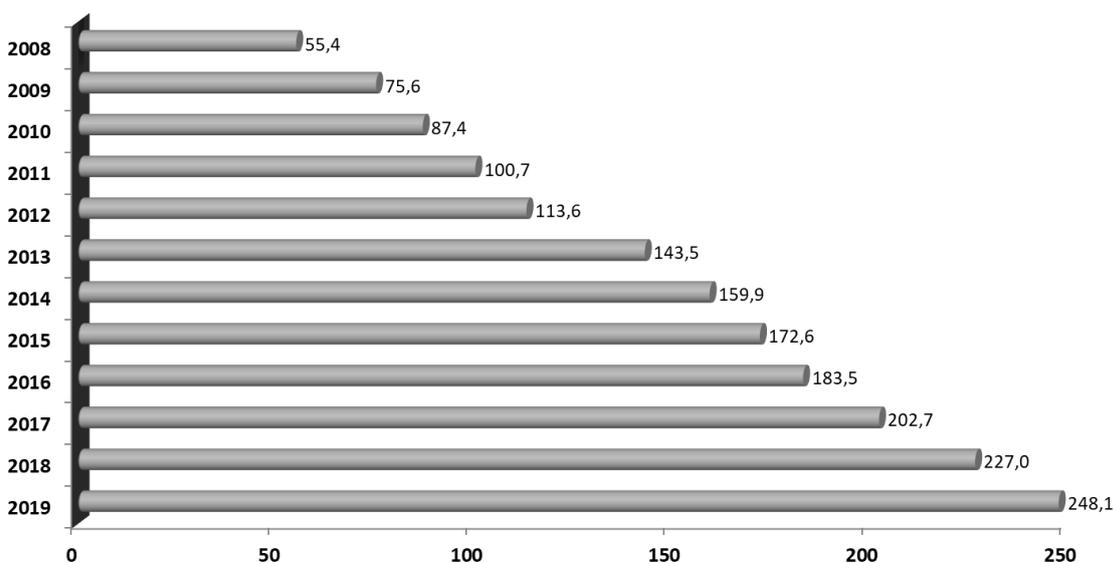


FONTE: ANECRA / DGO

IUC

Em julho de 2019, o Estado português recebeu 39.1 milhões de euros com o Imposto Único de Circulação (IUC), ou seja, mais 6,5% que em igual mês do ano anterior. De janeiro a julho de 2019, a variação foi igualmente positiva (+9,3%), traduzindo-se em 248.1 milhões de euros cobrados aos contribuintes.

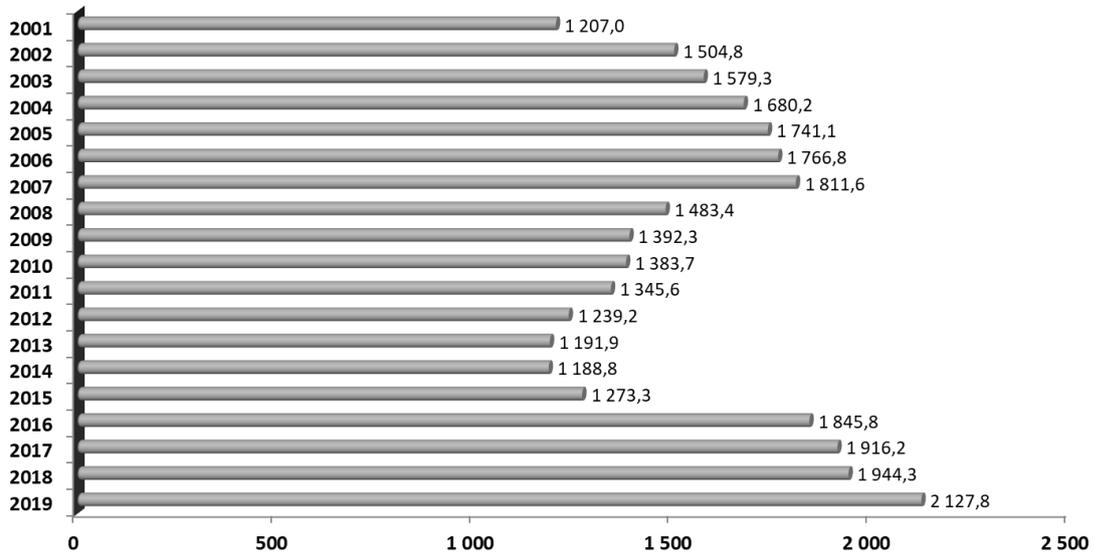
RECEITA DE IUC EM MILHÕES DE EUROS JAN.-JUL.



FONTE: ANECRA / DGO

Por seu lado, o Imposto Sobre Produtos Petrolíferos (ISP) contribuiu com 280.8 milhões de euros dos impostos indiretos em julho de 2019, menos 0,8% que em igual mês do ano anterior. No acumulado até julho o saldo foi favorável (+9,4%), correspondendo a 2.127,8 milhões de euros cobrados.

RECEITA DE ISP EM MILHÕES DE EUROS JAN.-JUL.



FONTE: ANECRA / DGO